

INVESTIGAÇÃO AMPLA

Senadores do PT apóiam CPI para denúncias

Oposição defende governabilidade, mas quer apurar tudo

Renan reúne líderes para decidir sobre nomes para CPI

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne hoje, em seu gabinete, a partir das 10h, os líderes dos partidos, do governo e da Minoria, na Câmara e no Senado. Na pauta, os desdobramentos do requerimento que pede a instalação, no Congresso Nacional, de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção nos Correios.

O apoio à CPI – que ainda depende do julgamento de recurso pela Comissão de Justiça da Câmara, previsto para hoje – cresceu ontem com a adesão dos 13 senadores da bancada do PT. Eles defenderam investigação ampla também das denúncias do deputado federal Roberto Jefferson sobre mesada supostamente paga a integrantes de dois partidos da base governista na Câmara.

No Plenário do Senado, as denúncias voltaram a dominar a pauta. Ao cobrar a instalação da CPI, o líder do PSDB, Arthur Virgílio, reafirmou compromisso de seu partido com a governabilidade. O líder do governo, Aloizio Mercadante, disse que a classe política deve criar um caminho consistente para o futuro das instituições.



Moreira Mariz



Jane Araújo



José Cruz

UNANIMIDADE No Plenário do Senado, todos os senadores cobram investigação – que recebe apoio de Renan Calheiros e da bancada do PT, favorável à CPI dos Correios e a uma investigação completa das denúncias do deputado Roberto Jefferson sobre o "mensalão"

Páginas 3 a 6

Nova Sudene poderá ter recursos assegurados em lei

Senado leva peça de teatro à periferia de Natal

Localizado na periferia de Natal (RN), o bairro Felipe Camarão apresenta baixos indicadores de qualidade de vida. Com 55 mil moradores, a localidade também registra alto índice de violência. Esse foi o cenário da apresentação de teatro mamulengo que o Senado promoveu ontem, como parte da programação que a Casa desenvolve na III Bienal Nacional do Livro de Natal.

O casamento de *Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*, encenado pelo artista plástico e funcionário da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) Josias Wanzeller, despertou a atenção e muita alegria entre as 77 crianças carentes presentes.

Documentário sobre Bidu no Programa do Jô

O documentário *Bidu Sayão, o Canto de Cristal*, produzido pela TV Senado, continua repercutindo e conquistando público e crítica. O especial, exibido pela emissora em março deste ano, é uma das atrações do *Programa do Jô*, da Rede Globo, que será gravado hoje, em São Paulo. A direção do documentário é de Liloye Boubli, da TV Senado, que será entrevistada no programa.

Bidu Sayão, o Canto de Cristal é a primeira produção de documentário para a televisão sobre a vida e obra da cantora lírica Bidu Sayão, uma homenagem da TV Senado ao centenário da soprano carioca que se consagrou, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos.

Agenda

Medidas provisórias trancam pauta em Plenário

Seis projetos de conversão (PLVs) originados de medidas provisórias (MPs) continuam trancando a pauta de votações em Plenário. As demais propostas

só podem ser analisadas depois da apreciação dos PLVs. Entre os mais polêmicos, destaca-se o PLV 11/05, que concede a diversos municípios a possibilidade de

excluir operações do programa de iluminação Reluz dos limites de endividamento previstos em lei. A sessão plenária de hoje começa às 14h.



Plebiscito sobre recursos para campanhas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne às 10h para discutir, entre outras matérias, o substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 1.494/04, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que prevê a realização de plebiscito sobre financiamento público de campanhas, o fim do voto eleitoral obrigatório e a reeleição de prefeitos, governadores e do presidente da República.

Renan tem reunião com líderes partidários

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se reúne, às 10h, com os líderes dos partidos no Senado e na Câmara. Às 13h, ele recebe Antonio Maria Costa, subsecretário-geral das Nações Unidas e

diretor-executivo do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime; às 14h30, recebe o anteprojeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, da Frente Empresarial pela Lei da Micro e Pequena Em-

presa; às 16h, preside a ordem do dia em Plenário. Às 17h30, participa da cerimônia de nomeação dos integrantes dos conselhos de Justiça e do Ministério Público, no Palácio do Planalto.

Audiência pública sobre TV digital

A Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social realiza, às 10h, audiência pública para debater a implantação da TV digital no Brasil, com a presença dos presidentes José Inácio Gennari Pizani, da Associação Brasileira de Emissoras

de Rádio e Televisão (Abert); Amadeu de Paula Castro Neto, da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel); e Ruy de Salles Cunha, da Associação Nacional da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); entre outros participantes.



Desapropriações em áreas de conservação em debate

Às 10h, as comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promovem audiência pública conjunta para discutir a situação dos produtores rurais que estão sendo desapropriados de suas terras para a criação de oito unidades de

conservação ambiental, nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Entre os convidados, representantes do Ministério do Meio Ambiente, Embrapa, Ibama e das federações da Agricultura dos estados de Santa Catarina e do Paraná. Às 17h, a CMA volta a se reunir para votar requerimentos.

Reforma agrária

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra – criada para investigar desvios de verbas destinadas à reforma agrária – tem reunião administrativa às 14h para votar requerimentos. Às 16h30, está marcada reunião da Comissão de Reforma do Regimento Interno do Senado, presidida pelo senador Marco Maciel (PFL-PE).

Manipulação de fármacos

A Subcomissão das Agências Reguladoras se reúne, às 16h45, para votar requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) que prevê a realização de audiência pública para discutir o regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre boas práticas de manipulação de medicamentos para uso humano, para adoção pelas farmácias.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Roosevelt Pinheiro

ALERTA Aelton cita pesquisas para afirmar que injustiças sociais estão alcançando níveis alarmantes

Aelton cobra políticas sociais distributivas

O Brasil precisa urgentemente de políticas sociais amplas, abrangentes e realmente distributivas. A cobrança foi feita em Plenário pelo senador Aelton Freitas (PL-MG), para quem a injustiça social no país está alcançando níveis alarmantes. O parlamentar citou duas recentes pesquisas que demonstrariam, segundo ele, a “disparidade incrível entre a arrecadação do poder público e a penúria em que vive boa parte da população”.

A primeira, do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), indica que os brasileiros pagam, por dia, R\$ 2,02 bilhões em tributos. A segunda, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), informa que quatro em cada dez brasileiros vivem em situação de miséria absoluta.

– Tamanha disparidade nos obriga a concluir que algo anda errado, há muito tempo, na execução de nossas políticas.

Aelton informou ainda que, no *ranking* de distribuição de renda, o Brasil é o penúltimo de 130 países, à frente apenas de Serra Leoa, na África.

Mesquita Júnior protesta contra ação policial

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) protestou ontem contra ação policial realizada em Rio Branco, no Acre, “para calar a opinião pública”. A polícia, disse ele, tentou acabar com panfletagem de rua, onde líderes partidários discutiam com populares a necessidade de pressão sobre o governo para que se investigue recentes denúncias de corrupção.

– Muitos pensam que meu estado, governado pelo PT, é um “paraíso da democracia”. Mas lá foi tomada atitude vergonhosa para intimidar a população.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Presidente do Senado reúne-se hoje com líderes para tratar da CPI dos Correios. Disse que, se os partidos não indicarem os membros da comissão, ele o fará. Efraim, Mão Santa, Suplicy, Demostenes, Heráclito e Tuma voltam a pedir a apuração dos fatos denunciados



DECISÃO Eduardo Suplicy comunica que recebeu apoio popular por ter assinado requerimento

Suplicy sugere afastamento de Delúbio Soares

Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou em Plenário, na noite de ontem, o afastamento de Delúbio Soares do cargo de tesoureiro do Partido dos Trabalhadores até o fim das investigações das denúncias de Roberto Jefferson.

– A melhor pessoa para esclarecer isso, em nome do partido e do presidente Lula, é o senhor Delúbio – afirmou Suplicy. Ele disse que recebeu apoio popular por ter assinado o requerimento da CPI dos Correios.



ARGÜIÇÃO Demostenes vai requerer à Comissão de Infra-Estrutura a convocação do secretário

Demostenes quer esclarecimentos de Gushiken

Demostenes Torres (PFL-GO) comunicou que vai enviar requerimento à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) convocando o secretário de Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, para prestar esclarecimento sobre denúncia publicada, ontem, no jornal *Estado de S. Paulo*.

Na matéria, Gushiken é acusado de criar transportadoras de gás natural “de papel” para a subsidiária da Petrobras, Gaspetro, e de indicar apadrinhados políticos para dirigi-las.

Renan diz que fará tudo para apurar denúncias

Em entrevista coletiva na tarde de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que fará o que for necessário para investigar as denúncias de corrupção e dar à sociedade brasileira as respostas a todas as perguntas sobre a crise. O senador ressaltou que as pesquisas mostram que 90% da sociedade quer a apuração dos fatos. Como presidente do Congresso, enfatizou, fará tudo para atender a esse desejo.

Renan confirmou que reunirá hoje os líderes e que efetuará as indicações dos membros da Comissão Parlamentar Mista dos Correios se as lideranças não o fizerem. O parlamentar contou que, na noite da segunda-feira, o presidente Lula telefonou para ele e o convidou para uma reunião institucional destinada a discutir a crise.

– Eu disse ao presidente que ele deveria fazer tudo para preservar sua biografia e defender as instituições. Para isso, nada substituirá a investigação e o



INVESTIGAÇÃO Renan Calheiros afirma que Congresso dará todas as respostas à sociedade

esclarecimento. Qualquer medida que o governo tomar, e ele vai tomar medidas sérias, será bom, mas a função do presidente do Congresso é manter a coerência e a isenção para que as investigações sejam feitas – relatou Renan.

O presidente do Senado afirmou ainda que, na conversa com Lula, sentiu a mesma disposição manifestada pelo presidente nas ocasiões anteriores.

– Mais do que qualquer um,

o presidente tem dito que quer ver tudo esclarecido e investigado.

Renan declarou que, para conduzir as investigações, o presidente do Congresso precisa da isenção e da coerência com a Constituição e com o Regimento Interno da instituição.

As medidas que o governo deveria anunciar ontem, segundo o senador, seriam importantes, mas não substituiriam as investigações.

Quando à chamada CPI do Mensalão, para investigar as denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre supostas propinas pagas pelo PT a deputados do PP e PL, o senador observou que o Congresso deve fazer tudo para preservar sua imagem e que, para isso, nada melhor do que o esclarecimento.

Efraim afirma que governo traiu seus eleitores

Ao comentar as denúncias feitas pelo presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), o senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou que “o governo federal traiu a confiança de seus eleitores”. Ele disse que “o PT se elegeu vendendo a vitória da esperança sobre o medo, mas vem frustrando as expectativas que criou”. Efraim considera que a CPI é uma exigência da sociedade.

– Digamos que o governo do presidente Lula seja fundamentalmente honesto, e que a corrupção ocorra pelas margens.



ANSEIO Para Efraim Morais, a investigação pelo Congresso é uma exigência da sociedade brasileira

Ora, se em tão pouco tempo foi possível montar esses esquemas sem que o governo se desse conta disso, então estamos

diante de uma incompetência sem igual. Mas, se supusermos que o governo do PT não é honesto, então estamos diante de um quadro cuja gravidade nem ousou caracterizar.

Efraim lembrou que Jefferson era “homem de confiança do presidente”, e que este afirmara que seria capaz de entregar um “cheque em branco” para o presidente do PTB. Ele foi apartado por Eduardo Suplicy (PT-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Flávio Arns (PT-PR), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Mão Santa (PFL-PI).



CRÍTICA Heráclito sustenta que Waldir Pires não apurou denúncias envolvendo diversas estatais

Heráclito Fortes questiona a ação do corregedor

Heráclito Fortes (PFL-PI) questionou a atuação do corregedor-geral da União, Waldir Pires, alegando que ele não investigou as denúncias de corrupção em estatais, como Correios, Petrobras e Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

– O governo agora usa a Polícia Federal para distrair a opinião pública – disse Heráclito, classificando de “medidas diversionistas” as operações dos agentes federais.



DEVER Tuma diz que governo e Polícia Federal não podem lavar as mãos diante dos fatos

Tuma pede que governo cumpra suas obrigações

Romeu Tuma (PFL-SP) pediu, da tribuna, que o governo federal investigue as denúncias de corrupção contra aliados políticos. Para o senador, a Polícia Federal (PF) tem obrigação constitucional de apurar as suspeitas. Ele afirmou que o governo e a PF não podem “lavar as mãos” diante dos fatos.

Tuma aproveitou para elogiar o governador Geraldo Alckmin (PSDB), afirmando que o tucano tem conduzido o Executivo paulista com “honra e dignidade”.

Mão Santa lembra a Lula lições de ex-consultor de Clinton



Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) citou ontem, em discurso, o livro *The New Prince*, de Dick Morris, ex-consultor do ex-presidente americano Bill Clinton, para dar diversos conselhos ao presidente Lula. Entre eles, alguns ensinamentos sobre como governar o país: um líder político deve dominar sua equipe e determinar seu ritmo;

demitir é um “preceito legal” de que o presidente pode lançar mão; o desejo de viajar soterra a capacidade do governante de administrar eficazmente.

O senador mencionou ainda Shakespeare, dizendo que “há algo de podre no reino da Dinamarca”, para se referir à corrupção. Ele pediu a Tião Viana (PT-AC) que levasse o livro para Lula.



Senadores petistas decidem apoiar criação de CPIs para investigar denúncias de corrupção nos Correios e acusações do deputado Roberto Jefferson. Líderes do governo e do PSDB concordam sobre importância de se preservar a governabilidade



TRANSPARÊNCIA "Veremos quem cometeu delitos e todos os culpados serão punidos", diz Paulo Paim

Paim: senadores petistas apóiam criação de CPIs

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que os senadores de seu partido apóiam a instalação da CPI dos Correios. Ele informou também que a bancada encaminhou aos líderes do PT e do governo na Câmara, Paulo Rocha (PA) e Arlindo Chinaglia (SP), uma carta aberta apoiando a criação de uma CPI naquela Casa para averiguar as denúncias de Roberto Jefferson.

– Chegou a hora da verdade. Os senadores entenderam que, em nome da democracia e da transparência, a CPI deve ser instalada. Assim, veremos quem cometeu delitos e todos os culpados serão punidos – garantiu Paim.

O documento, assinado pelos 13 senadores petistas, reafirma a posição do partido pelo combate à corrupção.

Crivella quer investigação para dissipar dúvidas

O líder do PL no Senado, Marcelo Crivella (RJ), pediu aos deputados federais de seu partido – que compõem a base governista – que apóiem a CPI dos Correios e, se for criada, a CPI do "mensalão". Para ele, essa é a forma "de dissipar qualquer nuvem de suspeita" que recaia sobre deputados do PL, mencionados genericamente pelo deputado Roberto Jefferson, em sua entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*.

– É a democracia brasileira que está em jogo neste momento, pois o Congresso é sua instituição basilar. É intolerável que a pecha de desonestidade recaia sobre todo o Parlamento.

Mercadante defende rigor na apuração de denúncias

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu ontem a apuração rigorosa das denúncias de corrupção, mas observou que sua conclusão deve ser a necessidade de um debate em torno de uma agenda institucional para enfrentar a reforma política. Para o senador, esse tema é uma questão inadiável, caso a classe política queira criar um caminho mais consistente para o futuro das instituições que não permitam procedimentos "lastimáveis" como o pagamento de mensalidade a deputados.

Mercadante saudou o discurso do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), realizado no dia anterior, no qual o opositor afirmou esperar do governo medidas como o afastamento de pessoas denunciadas por corrupção e



CAMINHO Para Mercadante, reforma política deve garantir criação de instituições consistentes

propôs uma agenda de governabilidade. O líder do governo afirmou que a oposição está dividida quanto aos objetivos políticos e disse aguardar que a sugestão de Arthur Virgílio seja acompanhada por parte da oposição, com demonstrações de maturidade.

Ao ler em Plenário a nota da bancada de senadores do PT

dirigida à Câmara solicitando apuração das denúncias feitas pelo presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), Mercadante manifestou sua satisfação pela decisão amadurecida, tomada por unanimidade. O senador explicou que a bancada defende uma CPI que obedeça a Constituição, mas que a proposta da oposição apresenta uma contradição na ementa do pedido e na justificativa da matéria, citando indícios de forma vaga sobre 18 estatais, sem mencionar quais e sem especificar um fato determinado. Para o senador, o texto ambíguo possibilita qualquer tipo de investigação, prejudicando a governabilidade.

Mercadante disse não acreditar que o PT transferiria dinheiro a outros partidos, já que não possui recursos.

Arthur Virgílio: PSDB deseja a governabilidade

O senador Arthur Virgílio (AM) reiterou as posições do PSDB, do qual é líder no Senado, em relação à "tormenta pela qual passa a nação brasileira". O senador frisou que serenidade é uma palavra de ordem para o partido e que a legenda tem compromisso com a governabilidade e com a votação de matérias importantes para o país. Arthur Virgílio afirmou que, pessoalmente, é a favor de que o Plenário vote as medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta da Casa.

Virgílio exigiu que o deputado federal Miro Teixeira (PT-RJ) revele o nome do ministro que teria presenciado o pagamento



EXIGÊNCIA Virgílio espera que o deputado Miro Teixeira revele quem é o ministro envolvido

de "mesada" a um deputado. Ele cobrou do governo federal a demissão do ministro.

Virgílio acrescentou que "será incômodo" para o presidente da República manter o ministro.



CRÍTICA Heloísa Helena reprova mudança de comportamento de parlamentares governistas

Heloísa: tristeza com "balcão de negócios"

A líder do PSOL, senadora Heloísa Helena (AL), disse que via "com tristeza" a utilização, pelo governo do PT, do mesmo "balcão de negócios" que os petistas condenavam no governo Fernando Henrique. Ela revelou, no entanto, que tinha "vontade de rir" ao ver a mudança de atitude dos dirigentes do PT e do governo com relação à CPI dos Correios. A senadora criticou "o oportunismo e a falta de autoridade moral" dos parlamentares governistas, que, na semana anterior, diziam que não se podia criar a CPI, mas agora a apóiam.

Heloísa manifestou disposição de apoiar a abertura também da CPI do "mensalão", para investigar as denúncias do deputado Roberto Jefferson sobre o pagamento de propina pelo governo a deputados do PP e do PL, em troca de apoio.

A senadora sugeriu que todos os senadores e deputados permitam a quebra de seu sigilo fiscal, bancário e telefônico.

Heloísa também afirmou que a reforma política que vem sendo defendida pelo governo para acabar com a corrupção é uma farsa. Ela reconhece a importância do tema, mas disse acreditar que ele vem sendo abordado por interesse.

"Por que Lula não tomou providências?," questiona ACM

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) questionou o fato de até agora não terem sido dadas respostas convincentes a algumas perguntas sobre as denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) quanto ao mensalão.

– Por que Lula foi avisado sobre o 'mensalão' e não tomou providências?

O deputado Miro Teixeira e o governador Marconi Perillo também avisaram o presidente e ele continuou sem fazer nada?

Antonio Carlos lembrou que o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que discursara pouco antes, afirmara que o presidente Lula não tem culpa do que aconteceu.

– No entanto, quem começou tudo? Será que essas nomeações caíram do céu? O presidente não assinou nada? Em dois anos e meio de governo, ele não viu nada de errado? – indagou o senador.

Antonio Carlos advertiu que Lula e o PT não podem continuar pensando "que tudo passará em

brancas nuvens". Ele acrescentou que o presidente do Senado, Renan Calheiros, "não pode falhar nesta quarta-feira" se a CCJ da Câmara não decidir sobre o recurso contra a CPI dos Correios.

– Ele tem de indicar os nomes para a CPI, como prometeu, se os partidos não o fizerem – disse.



Senadores da oposição alertam para gravidade da crise e criticam carta divulgada pelo PT. Para José Jorge, reação do partido pode ser uma tentativa de impedir as CPIs. Já Sibá e Suplicy reafirmam interesse na investigação e pedem imparcialidade



CRÍTICA "Lula conhece a história do deputado e mesmo assim fez aliança com ele", observa Osmar Dias

Osmar: governo tenta desqualificar Roberto Jefferson

O senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou as tentativas do governo de "desqualificar o deputado Roberto Jefferson para, assim, desqualificar as denúncias feitas por ele".

– O Brasil conhece a história do deputado e o presidente Lula também a conhece, mas disse que daria um cheque em branco a ele. Agora querem apresentá-lo como alguém que não merece crédito. É claro que não merece, assim como não merecia quando fez aliança com o governo – afirmou Osmar Dias.



DIGNIDADE De acordo com Sibá, o Partido dos Trabalhadores não comunga com corrupção

Sibá quer CPI para investigar "mensalão"

Ao comentar nota do Partido dos Trabalhadores apoiando a comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncia de corrupção nos Correios, o senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu a idéia de que também se deve investigar, no âmbito da Câmara, as denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre propinas mensais ("mensalão") pagas pelo PT a deputados do PP e PL. Ele disse acreditar que seu partido não comunga com corrupção.

Jereissati: "Não esperava decepção tão profunda"

Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a "praga da corrupção está sistematizada" dentro do governo federal. Ele disse ontem que, "apesar de sempre ter sido adversário do PT, não esperava ter uma decepção tão profunda".

– Eu esperava por problemas econômicos e de gestão, mas achava impossível verificar em um governo do PT corrupção tão sistêmica, que atinge todos os setores – declarou.

Ele ressaltou que o governo vinha tentando evitar qualquer investigação sobre si, "inclusive as mais simples", e não apenas a instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

– Se o governo afastar todos aqueles sob suspeita, poderá então se recuperar e restabelecer uma agenda positiva – acrescentou Jereissati.

Segundo Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), o discurso de Jereissati "reflete o sentimento da população" e, para Heráclito Fortes (PFL-PI), é um alerta ao



Fotos: Roosevelt Pinheiro

SURPRESA Jereissati considerava impossível "verificar corrupção sistêmica em um governo do PT"

presidente da República sobre "o grave momento político".

Já os senadores Jefferson Pêres (PDT-AM) e Almeida Lima (PSDB-SE) consideram que o país precisa de um estadista na presidência da República. Conforme Jefferson, "Lula é uma boa pessoa, mas, infelizmente, não é um estadista". Segundo Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o presidente está cercado por "áulicos que, na ver-

dade, são inimigos do próprio governo e do povo brasileiro". Na opinião de José Agripino (PFL-RN), "a corrupção existe quando não há comando".

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ser necessário o diálogo entre situação e oposição, para que "a CPI seja realizada com toda a serenidade e imparcialidade". Flávio Arns (PT-PR) observou que o PT apóia a investigação sobre os Correios, "doa a quem doer".

Para Romeu Tuma (PFL-SP), "o presidente sempre soube enfrentar obstáculos. E talvez hoje, mal acompanhado, se sinta angustiado". Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu "uma investigação ampla" e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que o Senado deve atuar como fez na CPI do Orçamento, "quando teve de cortar na própria carne". Já Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que foi um dos primeiros a assinar o requerimento de criação da CPI dos Correios.



INTERPRETAÇÃO Carta divulgada pelo partido não confirma apoio à criação de CPI, observa Agripino

Sobre a demissão dos diretores dos Correios e do IRB, Mercadante esclareceu que foram eles próprios que colocaram seus cargos à disposição.

Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o governo por "delegar a ladrões os espaços de poder". Os senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Efraim Morais (PFL-PB) e César Borges (PFL-BA) manifestaram sua solidariedade a Agripino.



MUDANÇA José Jorge: "Até ontem, PT defendia que investigação fosse feita pela Polícia Federal"

José Jorge aponta incoerência da bancada petista

José Jorge (PFL-PE) criticou ontem o que chamou de incoerência da bancada petista no Senado, que, antes, brigava pela não-instalação da CPI dos Correios e, agora, não só a defende, como também sugere que haja uma outra CPI, para investigar o "mensalão".

– Agora, eles não querem uma CPI, mas duas. Até ontem, os senadores do PT estavam dizendo que quem deveria investigar era a Polícia Federal. Essa pode ser uma tentativa de não fazer nenhuma – opinou.



ATTITUDE Para Maguito, políticos sérios devem colocar seus dados à disposição do Ministério Público

Maguito sugere que todos abram mão de sigilo

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que, depois das denúncias de Roberto Jefferson e do governador de Goiás, Marconi Perillo, colocou seus sigilos fiscal, telefônico e bancário à disposição. Para ele, os congressistas "devem fazer o mesmo", pois "todos estão sob suspeição".

– Todo político sério vai ter de colocar seu sigilo à disposição do Ministério Público, da Polícia, da população, para ver se recebe ou não mesadas – enfatizou.

Carta do PT dá margem a dúvida, afirma Agripino

O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou que a carta divulgada ontem pelos senadores do PT dá a entender que eles não querem que as denúncias de corrupção sejam investigadas por meio de uma CPI, mas apenas pela Corregedoria Parlamentar.

– A tradução da carta é que, rendendo-se à opinião pública, o PT havia concordado com a CPI dos Correios e com a do "mensalão". No entanto, a carta fala "em pronta resposta em forma de instalação de inquérito parlamentar". Inquérito parlamentar, na minha opinião, é ação da Corregedoria. Não tem nada a ver com CPI – disse.

Agripino criticou o fato de o governo ter demitido a diretoria dos Correios e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

– Eu fico imaginando o constrangimento desses diretores,

que não tinham sido acusados de nada e que foram demitidos sem nenhuma razão. O PT os jogou à execração pública. Quero só ver qual vai ser o critério de renomeação desses diretores – assinalou.

O parlamentar instou o presidente do Senado, Renan Calheiros, a aproveitar a reunião de líderes, que acontecerá hoje, para indicar os membros da CPI, se os partidos da base aliada não o fizerem.

Em apartes, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Jorge (PFL-PE) apoiaram a interpretação de Agripino. Já Flávio Arns (PT-PR) e Aloizio Mercadante (PT-SP) discordaram.

– Só uma CPI tem poder de inquérito parlamentar. Como se trata de decoro parlamentar de deputados, essa decisão deve ser tomada no âmbito da Câmara – rebateu Mercadante.



O presidente Lula participou ontem, em Brasília, da abertura do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, maior evento do gênero no mundo. O encontro prossegue até sexta-feira com o tema central "Das Palavras à Ação"

Mais de cem países participam de fórum contra a corrupção

Com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de políticos, ambientalistas, estudiosos e representantes de mais de cem países, foi aberta ontem, em Brasília, a quarta edição do Fórum Global de Combate à Corrupção, maior evento anticorrupção do mundo. O encontro será encerrado somente na sexta-feira.

Já confirmaram presença o diretor de Governança Global do Instituto do Banco Mundial, Daniel Kaufmann, e o diretor-executivo do Escritório das

Nações Unidas contra Drogas e Crime e subsecretário-geral da Organização das Nações Unidas, Antônio Maria Costa, que deve se reunir hoje com os parlamentares para tomar conhecimento de todas as denúncias de corrupção no país e das providências que devem ser tomadas.

Coincidência

A realização do fórum sobre corrupção num momento em que o cenário político brasileiro está às voltas com a instalação da CPI Mista dos Correios e com denúncias de que o PT

teria pago propina aos parlamentares aliados pelo apoio, o "mensalão", é mera coincidência, já que a realização do evento no Brasil foi definida há dois anos.

Com o tema central "Das Palavras à Ação", a quarta edição do Fórum Global de Combate à Corrupção quer ir além dos debates. A ideia é basear os trabalhos em estudos de caso, valorizando experiências bem-sucedidas na prevenção e combate à corrupção e na promoção da transparência dos atos na administração pública.

Os casos vão servir de subsídio para a elaboração do relatório final do encontro, que vai definir medidas de aprimoramento do combate à corrupção, enquanto a convenção da ONU sobre o tema não for efetivada.

Durante os quatro dias do evento, serão realizadas oito oficinas, que discutem temas como os acordos internacionais já existentes, a lavagem de dinheiro, as fraudes em licitações públicas, os mecanismos de acompanhamento e fiscalização existentes.



URGÊNCIA Conforme Simon, Lula não tem mais como adiar decisões para recuperar credibilidade

Simon pede choque ético e demissão de Meirelles e Jucá

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ao presidente Lula que empreenda um "choque ético". O senador afirmou que o presidente não tem mais como adiar os fatos, nem esperar resultados de CPIs ou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF): ele deve começar demitindo de seu governo todos que apresentam alguma dúvida ética, dentre eles o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o ministro da Previdência, Romero Jucá.

Simon aconselhou o líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), a pedir a demissão dos cargos ocupados por integrantes de seu partido, com o objetivo de deixar o presidente da República livre de pressões. Simon disse que o PT fez muito bem em pedir agora a instalação da CPI Mista dos Correios, mas considera que, mesmo assim, Lula deve tomar todas as providências para deixar seu governo livre dessas acusações.

Na opinião de Pedro Simon, é hora de Lula afirmar sua personalidade e mostrar que está em condições de governar. O senador lembrou o caso do ex-presidente Raúl Alfonsín, da Argentina, homem de bem, que renunciou ao mandato porque os fatos saíram de seu controle.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que o governo começou todo errado. Em seguida, em questão de ordem, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) elogiou a posição do PT de apoiar a CPI.



Brasil adere a convenção das Nações Unidas

O 4º Fórum Global de Combate à Corrupção vai confirmar a participação do Brasil na Convenção da ONU contra a Corrupção, atividade que, de acordo com o Banco Mundial, chega a movimentar US\$ 1 trilhão a cada ano em todo o mundo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina o documento que inclui o Brasil entre os participantes do acordo, ratificado pelo Congresso no mês passado.

Finalizada em dezembro de 2003, a convenção é o primeiro documento mundial de combate à corrupção. O Brasil é o 23º país a assinar o acordo internacional, que requer o mínimo de 30 ratificações para que seja efetivado.

Embora ainda não esteja em vigor, o Brasil tem adotado algumas das medidas sugeridas pela convenção da ONU. O

país, por exemplo, conta com um órgão específico de combate à corrupção, a Controladoria Geral da União (CGU).

Além disso, o governo brasileiro tem aumentado a transparência sobre os repasses dos recursos e outros dados da administração pública, com a ajuda da Internet, por meio do projeto www.portaldatransparencia.gov.br, na rede desde novembro do ano passado. Por essas iniciativas, o Brasil tem alcançado destaque internacional no combate à corrupção.

A efetivação do acordo, no entanto, é fundamental para a coerção de delitos como a lavagem de dinheiro, já que a maioria dos recursos ilícitos é enviada para instituições bancárias internacionais. A cooperação vai permitir agilidade na repatriação dos recursos e na identificação dos criminosos.

Acordo vai permitir a repatriação de recursos

Entre os pontos da Convenção da ONU contra a Corrupção, o que tomou maior tempo nas negociações entre os membros da assembléia geral foi a determinação de que os países-membros do acordo devem remeter ao país de origem todos os bens desviados pela corrupção. Essa é a maior inovação do tratado, que, de acordo com a Agência das Nações Unidas Contra Drogas e Crime, vai lançar uma nova frente de combate à corrupção.

A repatriação dos recursos é fundamental para os países que convivem com altas taxas de corrupção, onde o montante de recursos desviados é elevado e inviabiliza a reconstrução do país sob um novo governo, como é o caso de alguns regimes africanos. O processo para a recuperação

dos ativos ilícitos está detalhado na convenção. Mas, de modo geral, o dinheiro originado do desvio de recursos públicos deve ser devolvido ao país de origem. Em alguns casos, o acordo prevê que os recursos sejam destinados à compensação das vítimas.

A cooperação internacional não se restringe à recuperação dos ativos. O acordo prevê a articulação multilateral em todas as etapas, desde a prevenção até o julgamento do acusado. A convenção propõe ainda medidas de rastreamento, congelamento e confisco dos bens oriundos de atos de corrupção.

No âmbito doméstico, sugere que os estados criem órgãos específicos para tratar de políticas anticorrupção e aumentem os mecanismos de transparência.

Célio Azevedo



COMPROMISSO Ao lado de Marcelo Crivella, Romeu Tuma (E) elogia a iniciativa e diz que os brasileiros convivem bem com a comunidade israelense

Comissão de Educação cria o Dia da Amizade Brasil-Israel

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável a projeto do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que institui 29 de novembro como o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel (PLS 56/05). A idéia é fomentar a cooperação política, econômica e cultural entre os dois países, explicou o relator, senador Reginaldo Du-

arte (PSDB-CE). A matéria será ainda analisada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que tem origem árabe, disse que os brasileiros convivem bem com os israelenses e que a aprovação da proposta mostra que o país está comprometido com a paz no Oriente Médio.

Jane Araújo



DIPLOMACIA Serys e Cristovam recebem a vice-presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Gu Xiulian

Representante de movimento feminino chinês visita Senado

Em nome do presidente do Senado, Renan Calheiros, os senadores Cristovam Buarque (PT-DF) e Serys Shessarenko (PT-MT) receberam ontem a vice-presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional e presidente da Federação Nacional de Mulheres da República Popular da China, Gu Xiulian.

Acompanhada do embaixador chinês, Jiang Yuande, Gu Xiulian está no Brasil a convite da Confederação das Mulheres do Brasil para participar da Semana Cultural da Mulher. O encontro com os dois senadores foi marcado por manifestações de elogio e admiração à cultura, ao povo e ao desenvolvimento dos dois países.

Empresários cariocas apóiam medidas contra a burocracia

O presidente eleito da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Olavo Monteiro de Carvalho, manifestou o apoio da categoria à comissão nomeada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para propor medidas que reduzam a burocracia.

– Queremos desenvolver um trabalho muito próximo aos trabalhos

dessa comissão e dar a contribuição que a Associação Comercial, historicamente, sempre deu ao Congresso – afirmou o empresário. Ele também convidou Renan Calheiros para a sua posse na presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que ocorrerá no próximo dia 24 de junho.

Nova Sudene pode ter recursos assegurados

■ Substitutivo apresentado por ACM autoriza criação de banco de investimentos

O substitutivo apresentado ontem pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), tenta resolver um dos principais empecilhos para a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene): recursos para financiar os projetos de interesse da região.

O senador sugere três instrumentos para alavancar o desenvolvimento regional. O primeiro é autorizar o Banco do Nordeste (BNB) a criar um banco de investimentos nos moldes da subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento



FLEXIBILIDADE Antonio Carlos explica sugestões para alavancar desenvolvimento do Nordeste

Econômico e Social, conhecida como BNDESPar, que ajuda a viabilizar os empreendimentos por meio de participação direta no capital das empresas. O substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 59/04) denomina a nova instituição de BNBPPar, que contaria com R\$ 400 milhões do Fundo Nacional de Desestatização e com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento

do Nordeste (FNE).

O segundo instrumento assegura a estabilidade no aporte de recursos fiscais do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Pelo substitutivo, esses recursos não poderão ser contingenciados.

A terceira providência foi dar flexibilidade na aplicação dos dois fundos. O dinheiro do FDNE poderá ser aplicado em infra-estrutura e serviços públicos, como saneamento básico e recuperação de estradas, e em empreendimentos capazes de promover novas atividades produtivas locais. O substitutivo também remove o teto de aplicação de 10% dos recursos do FNE para financiar comércio e serviços. Conforme o relator, essa limitação não tem sentido porque esses setores são importantes para o dinamismo da economia nordestina.

Crédito especial para agricultor prejudicado por obra pública

Os agricultores instalados em assentamentos criados em virtude da implementação de empreendimentos de utilidade pública e de interesse social poderão ser beneficiários de crédito rural especial e diferenciado. Projeto nesse sentido (PLS 157/03), de autoria do senador Delcídio Amaral (PT-MS), foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em caráter terminativo.

A medida, de acordo com o relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), será benéfica para agricultores cujas terras foram atingidas pela construção de barragens, estradas e obras de engenharia.

– Os atingidos por barragens querem a criação de uma linha especial de crédito para custeio

e investimento nas propriedades que foram destruídas com a construção dessas obras – argumentou Valadares no parecer examinado pela comissão.

Aqüicultura

Também em caráter terminativo, a comissão aprovou o PLS 145/01, de autoria do então senador Luiz Pontes, alterando a Lei 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola, de forma a incluir artigo para permitir que o poder público estabeleça tarifas especiais de promoção ao desenvolvimento da aqüicultura.

A comissão acolheu ainda parecer favorável a projeto que exclui os imóveis concedidos pelos programas oficiais de incentivo à agricultura familiar das regras de parcelamento impostas pelo Estatuto da Terra.

Roosevelt Pinheiro



PENÚRIA Mesquita Júnior lamenta que trabalhadores assentados estão abandonados, sem assistência

Mesquita Júnior critica reforma agrária de Lula

O senador Geraldo Mesquita (PSOL-AC) afirmou ontem, em discurso, que o governo Lula “não pretende realizar, de fato, a reforma agrária”.

– Um Estado que tem consagrado a economia de mercado como alicerce da ideologia dominante não tem condições de resolver esse problema. Não basta desapropriar lotes e abandonar famílias sem condições de subsistência, sem crédito, sem escola – disse.

Segundo Mesquita Júnior, os trabalhadores assentados estão abandonados, sem nenhum tipo de assistência, havendo assentamentos que não recebem visita de técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) há quatro anos.



REPOSIÇÃO Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova benefícios para custeio e investimento nas propriedades atingidas

Célio Azevedo

Autonomia do BC do Chile melhorou situação do país

■ Presidente do órgão diz que independência de banco central aumenta credibilidade na instituição

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o presidente do Banco Central do Chile, Vittorio Corbo, afirmou ontem que o processo de autonomia da instituição, implantado em 1989, marcou o início de um período de significativa redução inflacionária no país. Segundo ele, depois de décadas de inflação alta, a economia chilena experimenta hoje um prolongado período de inflação baixa e estável, e ambiente favorável ao crescimento e à redução da pobreza.

Corbo enfatizou que a autonomia dos bancos centrais aumenta a credibilidade na instituição, o que ajuda a reduzir a

taxa inflacionária. "Isso porque os bancos centrais autônomos ficam menos expostos à economia monetária dos governos", observou.

Ele disse que não existe uma fórmula para se medir a autonomia de um banco central. No entanto, considera que uma dessas medidas é o grau de autonomia que a instituição dispõe para atingir seus obje-

tivos, com base na duração do mandato do presidente e dos diretores e no poder de decisão que detêm.

Conforme Vittorio Corbo, os dirigentes do BC do Chile, aprovados pelo Senado para mandato de dez anos, "estão protegidos das pressões políticas e da troca de governos, e somente são destituídos se falham em sua missão".



ÊXITO Vittorio Corbo (E), ao lado de Luiz Otávio, afirma que os dirigentes da entidade estão protegidos de "pressões políticas e troca de governo"

Senadores apontam experiência como exemplo

Após a exposição de Vittorio Corbo, senadores da Comissão de Assuntos Econômicos elogiaram a experiência chilena, afirmando que a autonomia do Banco Central daquele país é exemplo a ser seguido em todo o mundo.

Romeu Tuma (PFL-SP) destacou o papel do BC do Chile na eficácia da condução da sua economia. Jefferson Péres (PDT-AM) ressaltou que os chilenos conseguiram o que todos

buscam: inflação baixa, taxa de crescimento econômico alta e redução sistemática no nível de pobreza.

Na opinião de Eduardo Suplicy (PT-SP), o Brasil tem muito a aprender com o Chile, acima de tudo pelas conquistas alcançadas após a autonomia do BC. Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a exposição foi importante para que o Senado brasileiro possa aprofundar as discussões em torno dos pro-

jetos visando tornar o Banco Central brasileiro autônomo.

A audiência pública, que teve o objetivo de colher subsídios para regulamentação do sistema financeiro e a autonomia do Banco Central do Brasil foi realizada a pedido do presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Também serão ouvidos pela comissão os presidentes dos bancos centrais da Espanha, do México e da Inglaterra.

Comissão insiste em ouvir Dirceu sobre Infraero

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, deverá comparecer à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para falar sobre o projeto do governo destinado a transformar a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) em sociedade de economia mista. Conforme o requerimento, de Almeida Lima (PSDB-SE), ele também prestará esclarecimentos sobre a infra-estrutura nacional.

A comissão, presidida por Heráclito Fortes (PFL-PI), aprovou requerimento dele e de César Borges (PFL-BA) para audiên-



AEROPORTOS Senadores da CI vão ouvir o ministro-chefe da Casa Civil sobre projeto destinado a transformar a estatal em sociedade de economia mista

cia conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), destinada a ouvir o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo,

sobre os critérios das obras do Projeto Piloto, acertado pelo governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).



SALÁRIO Falando na CMO, presidida por Gilberto Mestrinho (D), Bernardo afirma que será mantido critério de cálculo para correção do mínimo no próximo ano

Bernardo diz que impostos não aumentarão em 2006

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, garantiu ontem, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que o governo prevê, para 2006, a limitação da carga tributária administrada pela Secretaria da Receita Federal em 16% do produto interno bruto (PIB). Há indicativo de diminuição para os anos de 2007 e 2008 – projeção que, segundo ele, representa um ajuste nas contas federais.

Ele assegurou que o governo Lula "não lançará mão de au-

mento de imposto para resolver, por exemplo, problemas de caixa". E informou que, ainda no decorrer deste ano, terá início a desoneração de alguns setores da economia, entre eles o de bens de informática.

Com relação ao reajuste do salário mínimo no próximo ano, Bernardo disse que o governo vai repetir o mesmo critério de cálculo adotado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no ano passado, ou seja, variação do PIB *per capita*, mais inflação.

Suassuna pede recursos para petróleo na PB

O senador Ney Suassuna (PB), líder do PMDB, pediu ontem que o governo libere as verbas da Agência Nacional do Petróleo (ANP) destinadas à prospecção do óleo.

Ele disse que na área do rio Piranhas, na Paraíba, foi encontrado petróleo de excelente qualidade, mas o estado não consegue receber recursos



JAZIDAS Retenção de verbas da ANP impede prospecção em água profunda, ressalta Suassuna

para a prospecção de jazidas em águas profundas, devido ao contingenciamento de verbas da agência.

Alvaro critica atraso em votação de requerimento

Alvaro Dias (PSDB-PR) reclamou ontem, em Plenário, do fato de ainda não ter sido colocado em pauta requerimento de sua autoria entregue em 18 de novembro de 2004.

O senador informou que, no requerimento (1.441/04), solicita informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a respeito de aplicações feitas



INFORMAÇÕES Alvaro pede dados sobre aplicações da Copel, Sanepar e Itaipu Binacional no Banco Santos

pelas empresas Copel, Sanepar e Itaipu Binacional, além de suas respectivas fundações, no Banco Santos.